

## **O PRÉ-SAL E O DIREITO MARÍTIMO**

*Patrine Oliveira de Mello Mattos<sup>1</sup>; Thiago José do Nascimento David<sup>2</sup>; Fernanda do Nascimento Ramos<sup>3</sup>; Isabel de Oliveira Nascimento<sup>4</sup>; Diogo Santos do Nascimento<sup>5</sup>; Ricardo Euzebio do Nascimento<sup>6</sup>*

<sup>1</sup> CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA; <sup>2</sup> INSTITUTO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO-ISMP; <sup>3</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL; <sup>4</sup> CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA; <sup>5</sup> CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA; <sup>6</sup> CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA

**RESUMO:** A área da costa brasileira que vai do Espírito Santo a Santa Catarina conhecida como pré-sal, possuem rochas que se estendem por 800 quilômetros, numa área de 200 quilômetros de largura, em lâminas d' água de 1.500 a 3.000 metros localizadas abaixo de uma camada de sal com aproximadamente 2.000 metros. A descoberta desta gigante acumulação de hidrocarbonetos coloca o Brasil passos à frente dessa matriz energética. Consultando os mapas, observa-se que uma significativa parte desta acumulação encontra-se além da zona do mar territorial brasileiro, conhecida como zona econômica exclusiva, que corresponde à 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. O grande temor tanto do governo quanto das forças militares é que parte dessa grande aposta econômica do país está localizada em área cuja jurisdição brasileira não pode alcançar, o que gera os riscos na exploração soberana pretendida pelo Brasil sobre as águas distantes. O acordo assinado entre o Brasil e a França envolvendo a construção de um submarino nuclear e de quatro convencionais, além da compra e montagem no país de 50 helicópteros de transporte e as negociações para a compra de 36 caças de combate, demonstra a importância da Estratégia Nacional de Defesa. O objetivo deste trabalho foi mostrar a necessidade de proteção na área do pré-sal fora dos limites do território brasileiro. A Convenção das nações unidas sobre o direito do mar versa entre outros do reconhecimento e respeito entre os países em relação ao direito destes sobre as águas distantes. Tendo sua entrada em vigor no dia 16 de novembro de 1994, poderia ser a solução dos conflitos atuais. Daí é que surge o problema, já que a referida convenção entrou em vigor um ano após a reunião do quórum mínimo exigido de sessenta ratificações ou adesões. Sendo assim muitas nações como a Venezuela e Estados Unidos por não assinarem, não participam dessa Convenção não se submetendo a essas regras de reconhecimento e respeito. O Brasil deve-se apoiar em outro dispositivo do tratado que garante aos países, direitos sobre sua plataforma continental que são margens dos continentes, submersas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território. Pelo exposto observa-se que cresceram no mundo as ameaças as riquezas naturais, obrigando a uma defesa consistente.

**PALAVRAS-CHAVE:** DEFESA; TERRITÓRIO; PLATAFORMA CONTINENTAL.